



FERNANDO MARQUES DE OLIVEIRA. Sem título. Na Galeria São Marne de Lisboa, até 10 de Setembro

cute depois de ter atravessado o Atlântico e dobrado o Cabo da Boa Esperança, enquanto que, algumas décadas antes, as expedições conduzidas pelo almirante chinês Zheng He se ficaram pelas costas africanas orientais e não encaramaram a possibilidade de as descer, para efectuar o périplo inverso e desembarcar, por exemplo, no porto de Lisboa.

A forma como a questão foi até ao presente examinada não é aceitável nem sequer apenas satisfatória: ela postula, ou uma só via de «desenvolvimento» sobre a qual é suposto terem progredido todas as sociedades humanas, tendo a Europa, afinal, tido apenas a sorte de se empenhar nela mais cedo do que os outros; ou algumas especificidades culturais europeias (o «milagre grego», o direito romano, a autonomia política das cidades, a emergência da individualidade empenhedora, etc.) que lhe teriam aberto esta via; ou, pior ainda, qualquer superioridade irredutível do «homem branco», quando não mesmo da «raça branca». Nada disto deve levar-nos a recusar discutir esta questão, mas obriga-nos a colocá-la, de uma forma nova.

Desde logo, porquê a Europa? Suspeitamos que uma tal questão não tenha uma resposta simples. A sua complexidade não deve contudo servir de alibi para que não artisqueemos uma resposta clara. A hipótese directora aqui adoptada é que a originalidade histórica da Europa é a de ter servido de berço ao capital entendido no sentido que lhe dá Marx: como relação social de produção, implicando designadamente a acumulação de capital-dinheiro (essencialmente sob a forma de capital mercantil) e a expropriação dos produtores imediatos, «libertando» por consequência forças de trabalho e meios de produção que os tornam mercadorias apropriáveis pelos detentores do capital-dinheiro, em que a combinação produtiva destas condições subjectivas e objectivas do processo de produção vai alargar consideravelmente a esfera de valorização.

O próprio Marx não nos disse grande coisa sobre as condições históricas desta formação, mesmo sublinhando o seu carácter crucial. Algumas intuições esparsas na sua obra abrem contudo pistas heurísticas^[8]. A primeira leva-nos a considerar

que, de todos os modos de produção que o devir histórico das sociedades humanas fez nascer, o feudalismo, tal como se formou na Europa no final do primeiro milénio e no arquipélago nipónico na primeira metade do segundo milénio, é o mais favorável – no limite, o único favorável – à formação desta relação de produção^[9]. Apesar de esta continuar a enfrentar inúmeros obstáculos que limitam o seu desenvolvimento, tanto quantitativa (na extensão, no ritmo e no volume da acumulação do capital) como qualitativamente (nas formas que ele pode assumir). Em suma, segundo a fórmula consagrada, o feudalismo constituiu uma condição necessária à formação do capital como relação social de produção, mas não constituiu a condição suficiente.

Quanto a esta última, ela vai precisamente consistir na expansão comercial e colonial, que se inicia no final da Idade Média e que prossegue durante os tempos modernos, na base dos adquiridos do feudalismo e da sua subversão pelas premissas da formação das relações capitalistas de produção. Expansão em que os principais aspectos são a descoberta e a colonização das Américas; o afluxo à Europa de metais preciosos ligado à pilhagem e à exploração mineira destas mesmas Américas; o desenvolvimento do sistema de plantações escravagistas, ainda nas Américas, e o tráfico negroiro que as alimentará em mão-de-obra a partir das costas africanas; a conquista dos merca-

dos asiáticos e o princípio da colonização de algumas terras orientais; a rivalidade entre potências europeias para se apropriarem destes fluxos de riquezas mercantis e monetárias, exacerbado pela adopção de políticas mercantilistas, degenerando regularmente em guerras que acabarão por assumir uma dimensão mundial; a necessidade consequente de um reforço do poderio militar, mas também administrativo e fiscal, dos Estados europeus; a necessidade de desenvolver também o crédito público; etc. Tudo isto alargando a escala e acelerando o ritmo da acumulação do capital sob todas as formas, reunindo designadamente as condições para a emergência do que habitualmente é designado por Revolução Industrial, e permitindo o aumento do poder da burguesia como classe social.

Em suma, foi graças a esta primeira globalização, através da qual a Europa começou a instituir-se como centro do mundo, organizando e controlando as relações económicas, políticas e culturais entre o conjunto das civilizações do planeta, que a relação capitalista de produção se consolidou, no mesmo movimento através do qual, em simultâneo, conferia à Europa os meios para a sua dominação mundial. ■

* Professor honorário de Sociologia na Universidade de Franche-Comté. Este texto é extraiado da obra *Le Premier Age du capitalisme* (1415-1763).

L'expansion européenne, Page 2 / Editions Syllepse, Lausanne / Paris, a publicar em Setembro de 2018.

[1] Ndr: termo empregue pelo historiador Sanjay Subrahmanyam para designar uma abordagem histórica que visa desmantelar a compartimentação entre as histórias nacionais e os espaços culturais pelo estudo das interações a várias escalas, do local ao global.

[2] Jack Goody, *L'Orient en Occident*, Seuil, Paris, 1999 [O Oriente no Ocidente, Difel, Lisboa, 2000]; Jack Goody, *Le Vol de l'histoire. Comment l'Europe a imposé le récit de son passé au reste du monde*, Gallimard, Paris, 2010; Dipesh Chakrabarty, *Provincialiser l'Europe. La pensée postcoloniale et la différence historique*, Editions Amsterdam, Paris, 2009.

[3] Ndr: movimento de ideias oriundo dos trabalhos do Grupo de Estudos Subalternos, que renovou a historiografia da Índia colonial abandonando a história das elites para se concentrar nas camadas sociais de base. Ver Partha Chatterjee, «Controvérsias na Índia sobre a história colonial», *Le Monde diplomatique – edição portuguesa*, Fevereiro de 2006.

[4] John M. Hobson, *The Eastern Origins of Western Civilisation*, Cambridge University Press, 2004.

[5] Andre Gunder Frank, *RedOrient. Global Economy in the Asian Age*, University of California Press, Berkeley, 1998.

[6] Serge Guzzinski, «Faire de l'histoire dans un monde globalisé», *Annales. Sciences Sociales*, 66º ano, n.º 4, Paris, Outubro-Dezembro de 2011.

[7] Andre Gunder Frank e Barry K. Gills, *The World System: Five Hundred Years or Five Thousand?*, Routledge, Oxford, 1993.

[8] Ndr: que contribuem para a descoberta pela avaliação de hipóteses sucessivas.

[9] Cf. *La Préhistoire du capital. Le devenir-monde du capitalisme*, Page 2, 2006.